

DETERMINAÇÃO DA JUSTIÇA

Moradores vão ser retirados à força de prédio na rota de aviões

26/04/2013

Dono não entregou chaves, mas prefeitura deve começar demolição nos próximos dias

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

A Justiça Federal determinou ontem a retirada dos moradores do edifício Villa di Capri, localizado na rua Jacinto Bresciani, no Bairro República. O juiz Roberto Gil Leal Faria, da 3ª Vara Federal Cível, quer que a Prefeitura de Vitória inicie nos próximos dias a demolição dos três andares do prédio (ao todo são seis pavimentos) que estão dentro do cone de aproximação do Aeroporto de Vitória.

A decisão foi tomada 16 dias depois do magistrado ter determinado que o proprietário do imóvel, o

conferente André Ricardo de Oliveira, entregasse o molho de chaves que possibilitasse o acesso aos três andares, o que acabou não acontecendo.

A posse dos três andares deverá ser dada após a publicação da decisão no diário oficial, o que deve ocorrer nos próximos dias. Depois disso, o réu terá três dias para desocupar os três últimos andares do prédio e deles retirar seus bens pessoais. A ordem será cumprida por dois oficiais de Justiça que terão auxílio da Polícia Militar.

“Este juízo será obrigado a usar de meios coercitivos. Todas as tentativas voluntárias se encerrarão”, argumenta Leal Faria em sua decisão.

Em 17 de abril, aten-



Edifício com andares irregulares fica no Bairro República

dendo a um pleito da Prefeitura de Vitória, o magistrado determinou a demolição, em 95 dias, da parte irregular do prédio. O magistrado impôs um cronograma ao proprietário e estipulou multa de R\$ 5 milhões em caso de não cumprimento. Os 95 dias venceram no dia 31 de julho. Sem sucesso na primeira determinação, o juiz, em 19 de julho, intimou o réu a entregar o molho de chaves, o que também não foi feito.

Por tratar-se de uma edificação irregular que coloca em risco a vida dos usuários do Aeroporto de Vitória, o juiz, em sua decisão de abril, determina que a demolição seja imediata, antes mesmo do trânsito em julgado. “Eventual prejuízo

patrimonial, caso a medida aqui imposta se reverta, cede em favor da segurança e do risco à vida. E tal prejuízo patrimonial, se ocorrer, pode ser facilmente recomposto. Uma vida, não”.

Em função do acréscimo de três andares no edifício, para manter a segurança no pouso, a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) recomendou que a cabeceira da pista seja recuada em 433 metros, até que a altura do prédio retorne ao patamar autorizado. Ou seja, hoje, o comprimento útil da pista do aeroporto (que tem 1.750m) para as aeronaves que vêm no sentido Vitória/Serra é de 1.317m.

A GAZETA tentou contato com o dono do prédio, mas não conseguiu.